

Capitalização da Eletrobras:

Por um aumento da segurança energética



FEVEREIRO
2021

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

O Brasil tem hoje 14 milhões de desempregados e 32 milhões de trabalhadores subutilizados. Com foco no encaminhamento de soluções para este problema, o Congresso Nacional vem liderando a discussão de reformas estruturantes – como a Nova Previdência, a Autonomia do Banco Central e a Reforma Tributária – que visam a melhoria das contas fiscais, do ambiente de negócios e do aumento da produtividade da economia para possibilitar a retomada do crescimento econômico.

É consenso que só o crescimento econômico será capaz de criar novas oportunidades de emprego e melhorar a renda das pessoas.

Essas reformas são os primeiros passos para movimentar a economia e o País voltar a crescer. Mas não são suficientes. Outras medidas estruturantes são necessárias e entre elas aquelas que, certamente, vão atrair investimentos em infraestrutura – estradas, portos, aeroportos, gasodutos, ferrovias, etc, incentivando a atividade econômica e o emprego.

Para atender a esses esforços e o Brasil voltar a crescer, é fundamental a garantia de abastecimento de energia elétrica, a preços competitivos, como insumo fundamental para as indústrias, agricultura e serviços.

CAPITALIZAR PARA CRESCER COM O BRASIL

Nesse sentido, o Brasil precisa ter um ambiente competitivo com empresas sólidas e capitalizadas. Aqui entra em cena a situação da Eletrobras. **O Brasil, para crescer, precisa contar com a participação de uma Eletrobras com recursos em caixa que a permita participar do esforço de investimento no setor elétrico.**

A Eletrobras, que hoje tem capacidade de gerar 30,1% da energia e detém 44% das linhas de transmissão do País, é tecnicamente capaz de participar desse movimento, mas não dispõe de capital para investir. Precisa ser capitalizada. **Em outras palavras, precisa ir ao mercado em busca de recursos, que é a forma usada por grandes corporações no mundo todo.**

A capitalização da Eletrobras é o tema relacionado à infraestrutura sobre o qual o Congresso Nacional terá um papel fundamental, de modo que se tenha o encaminhamento de uma solução que atenda aos anseios da sociedade reduzindo o desemprego, aumentando a produtividade da economia e fazendo com que o Brasil participe dos desafios nessa era de rápida transformação tecnológica

Os dados oficiais indicam que, superada a fase de reformas, a economia brasileira pode voltar a crescer de forma significativa. **Com base nessa projeção, o PDE 2030 indica que, para os próximos 10 anos, é preciso adicionar ao sistema elétrico algo como 5.000 MW de capacidade (quase a metade de uma Itaipu) a cada ano, de modo a otimizar a ampliação da oferta de energia de maneira sustentável, tanto do ponto de vista do atendimento ao crescimento da economia brasileira com competitividade, quanto do ponto de vista ambiental. Para isso, serão necessários investimentos da ordem de R\$ 365 bilhões em energia elétrica, sendo R\$ 89,6 bilhões em transmissão e R\$ 275,4 bilhões em geração.**

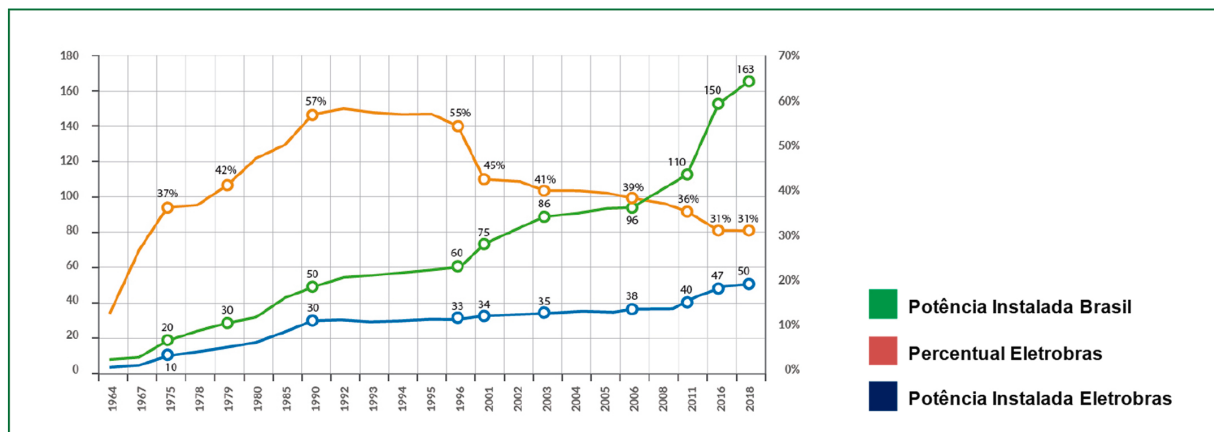
O setor de infraestrutura no Brasil tem a capacidade de atrair investidores tanto brasileiros como estrangeiros tornando-se uma força propulsora para o desenvolvimento econômico.

CAPITALIZAR PARA CONCORRER

Para aproveitar essa oportunidade, e apenas para garantir sua atual participação de mercado, a Eletrobras precisaria contar com recursos para investir acima de R\$ 14 bilhões por ano. Dados da própria empresa indicam que, hoje, sua capacidade de investimento está bastante aquém desse montante. Se nada for feito para alterar o seu desempenho, sua relevância econômica e seu peso no setor tendem a diminuir significativamente.

GERAÇÃO ELETROBRAS - HISTÓRICO DE CRESCIMENTO E ESTAGNAÇÃO

Geração / Potência Instalada - GW / Brasil x Eletrobras



Considerando que a economia brasileira atingirá níveis de crescimento mais elevados e, conseqüentemente, haverá aumento de demanda de energia, o quanto antes a Eletrobras estiver capitalizada, mais capacidade ela terá de participar de novos investimentos. Recorrer aos cofres públicos não é mais uma opção; a União mal fecha as contas das áreas de saúde, educação e segurança. **A empresa precisa ir ao mercado de capitais onde o custo do dinheiro é mais atrativo.**

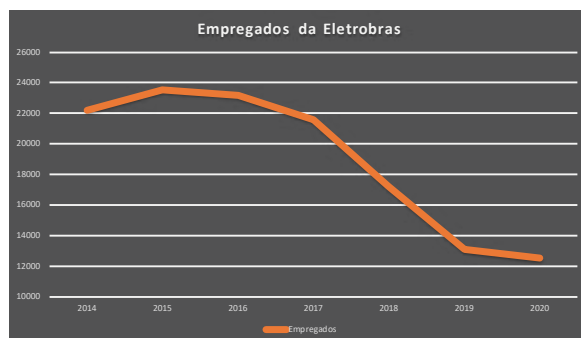
De acordo com o modelo elaborado pelo Governo, a empresa vai emitir novas ações nas principais bolsas de valores que já negociam papéis da Eletrobras para atrair investidores nacionais e estrangeiros. **Para aumentar o interesse de todos esses agentes, a União anuncia que não vai exercer seu direito de subscrever as novas ações, reduzindo sua participação no capital total, ou seja, deixando de ter o controle da empresa.**

O resultado será uma empresa com valor de mercado maior, com capital controlado por numerosos investidores do Brasil e do mundo inteiro, com direito de voto limitado a 10%. **A União continuará a deter ações, sendo uma sócia relevante, porém, de uma empresa maior e mais eficiente.** As maiores empresas de energia elétrica no mundo operam dessa forma, muitas delas no Brasil.

Com a capitalização no modelo proposto, a União continua sócia de uma empresa valorizada e mais lucrativa.

Com o incremento da lucratividade da companhia, aumentam os tributos e os dividendos recebidos pela União, que passa a ter mais recursos para investir em saúde, educação e segurança, como o País precisa, deixando de atuar em atividades econômicas que não são papel do Estado.

Com a retomada de sua capacidade de investimento, a empresa voltará a gerar novos postos de trabalho. Há anos a Eletrobras não consegue gerar novos empregos. Destaca-se ainda que a capitalização tem por premissa o respeito a todos os acordos trabalhistas firmados entre a empresa e seus atuais empregados.



As usinas hidrelétricas, com seus reservatórios e barragens, e as subestações das empresas da Eletrobras, são concessões de serviço público, segundo a Lei 8.987/2015. Ou seja, a empresa detém uma delegação contratual da execução de um serviço de competência do poder público por meio de licitação. A regra vale para estatais e para empresas privadas. A União transfere a exploração do serviço (seja de geração, no caso das usinas hidrelétricas ou de transporte de energia, no caso das linhas de transmissão), cujos ativos são revertidos ao final do prazo de concessão para a União.

Os recursos hídricos – rios, lagos, reservatórios – continuam sendo propriedades da União e a concessão pela exploração e uso será revertida ao final do prazo de concessão (30 anos). O potencial hidráulico é concedido, a água não. E se o concessionário não atuar conforme as obrigações do contrato de concessão, o Poder Concedente, pode, inclusive, tomar-lhe a concessão.

CAPITALIZAR PARA LIDERAR

Com a capitalização, a Eletrobras deixa de ser uma empresa estatal e passa a ser uma corporação brasileira de classe mundial, com capital pulverizado, focada em geração e transmissão de energia, tornando-se uma das 5 maiores empresas de geração renovável do mundo.

A nova Eletrobras, capitalizada, vai usar os recursos obtidos com a emissão de novas ações para pagar as outorgas que vai adquirir da União, ao mudar seu regime de concessão por cotas, que atualmente só remunera operação e manutenção, para o de produção independente.

Com a mudança de regime, a empresa vai poder vender sua energia livremente a preços de mercado, aumentando a competitividade nos leilões de energia, buscando-se menores tarifas de eletricidade para o consumidor final.

Para realizar todos esses procedimentos, **o Governo precisa de autorização legal do Congresso Nacional, para reincluir a Eletrobras no Programa Nacional de Desestatização (PND), para segregar e manter como estatais as empresas Eletro-nuclear e ITAIPU**, devido à regra constitucional e por força de tratado internacional, e para mudar o regime de concessão de cotas para o de produção independente.

A capitalização juntamente com fim dos contratos de cotas traz uma menor volatilidade às tarifas de energia elétrica. O processo deixará o consumidor menos exposto às condições hidrológicas do regime de cotas e levará a um aporte de recursos significativo na Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (metade do valor gerado pelos novos contratos de concessão). Ambas ações visam a neutralidade do impacto nas tarifas resultante do fim das cotas.

Importante ressaltar que a migração para o regime de produção independente se dará de forma gradativa, entre 3 e 10 anos, em uma transição suave e sem interferência nos preços de mercado, além da atenção que precisa ser dada ao consumidor, diferentemente do que foi feito quando da implantação da MP 579. Ou seja, a proposição do governo é oferecer ao consumidor um ambiente de previsibilidade de preços.

Há que se destacar, ainda, que a criação dos programas para as regiões norte, nordeste e sudeste traz diversos benefícios às populações dessas regiões, na medida em que parte dos recursos oriundos da capitalização serão aplicados diretamente em benefício dessas populações. Os recursos serão destinados à revitalização das bacias dos rios e redução nos custos de geração, beneficiando o consumidor de energia elétrica, ao mesmo tempo em que reduz os impactos ao meio ambiente. As obrigações estarão definidas nos novos contratos de concessão, que serão assinados após a capitalização.

POR QUE A EMPRESA CHEGOU A ESTE PONTO?

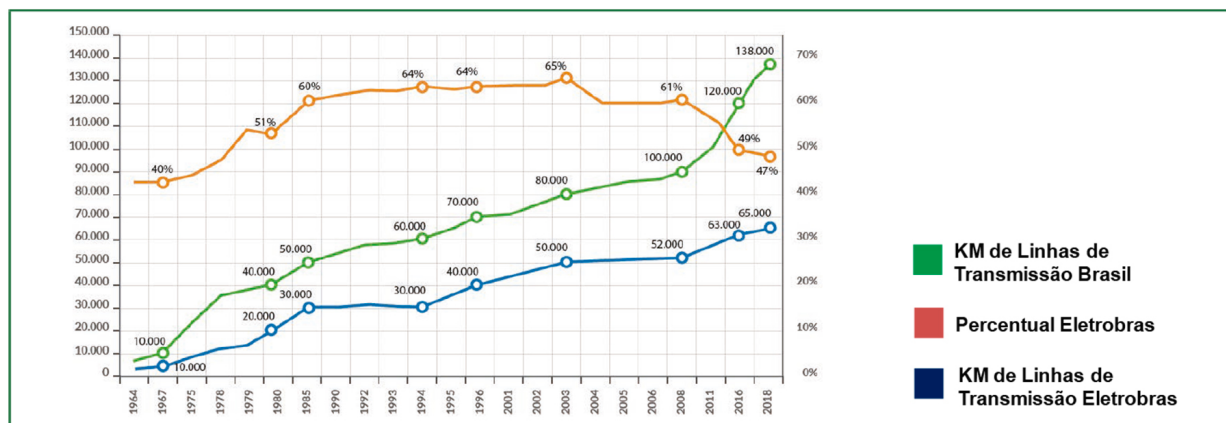
De acordo com dados da Eletrobras, sua situação se agravou em 2012 com a Medida Provisória nº 579 (que deu origem à Lei 12.783, de 2013). Para que os consumidores tivessem uma redução de 20% nas tarifas de energia, as concessões equivalentes a 25% dos ativos de geração da empresa e a 75% dos ativos de transmissão foram prorrogadas, sob condições desfavoráveis, tendo como consequência uma perda de cerca de 25% de sua receita, equivalente a R\$ 8 bilhões por ano.

Entre 2012 e 2015, a companhia acumulou R\$ 31 bilhões de prejuízos. Para absorver esses prejuízos, reduziu seu patrimônio líquido em 42%, além de triplicar seu endividamento (de R\$ 15 bilhões para R\$ 45 bilhões), como forma de tentar manter os investimentos e cumprir cronograma de obras já contratado à época.

A saída do regime de cotas aumenta a atratividade da Eletrobras no processo de capitalização. **Esse movimento de migração para o regime de produção independente precisa ser realizado, de forma gradual, com equilíbrio, a fim de mitigar o impacto nas contas de luz dos consumidores finais.**

TRANSMISSÃO ELETROBRAS - HISTÓRICO DE CRESCIMENTO E ESTAGNAÇÃO

Extensão das linhas de transmissão - Km / Brasil x Eletrobras



CAPITALIZAR PARA MUDAR

A Lei 12.783 também deixou para os consumidores o custo do risco hidrológico – o custo da energia que não é gerada por falta de chuvas nos reservatórios das hidrelétricas, somado ao do acionamento das usinas térmicas mais caras –, que é repassado por meio das bandeiras tarifárias.

Parte das tarifas de energia, no modelo regulatório brasileiro, é consequência de leilões públicos – o resultado de um leilão competitivo é o menor preço para o consumidor. **A nova Eletrobras mais forte, eficiente e competitiva, contribuirá para a redução sustentável de tarifas no longo prazo.**

Com o crescimento da demanda, decorrente da evolução esperada da economia, a empresa vai ter que investir em novas fontes renováveis (como solar, eólica e biomassa), que são as que mais crescem, mas também em fontes térmicas a gás natural, de forma que a Eletrobras terá maior participação nos leilões de energia, reforçando a expectativa de tarifas mais competitivas no futuro.

A partir da capitalização, a nova Eletrobras vai seguir as melhores práticas de governança corporativa, eficiência empresarial e respeito ao meio ambiente, com benefícios para os acionistas, os consumidores e o setor elétrico brasileiro.

O movimento para a criação de uma nova Eletrobras não ocorre isolado. É parte da necessidade de modernização do setor elétrico como um todo, tema que vem sendo debatido no Congresso Nacional e que já mobiliza o setor, a sociedade e o Parlamento.

Por fim, importante destacar que a efetiva capitalização da Eletrobras está condicionada à conversão da Medida Provisória em Lei.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DOS LÍDERES DO MERCADO

Entre as 54 maiores empresas de energia do mundo

quase

70%

são corporações de capital pulverizados

somente

8%

possuem um único controlador

40%

possuem o maior acionista com menos de 10% do capital social

Entre as 20 maiores empresas do mundo, todas são de capital pulverizado.

ALGUMAS PERGUNTAS FREQUENTES

1 - O Governo vai vender o quê?

R - O governo não vai vender nem leiloar nenhum ativo: nem empresa, nem ações, nem usinas, nem subestações, tampouco rios ou lagos. A Eletrobras vai emitir novas ações para se capitalizar. A União não exerce direito de compra de novas ações e dilui sua participação no capital social da Companhia.

2 - É possível uma única empresa assumir o controle da Eletrobras?

R - Não. A capitalização vai provocar uma pulverização das ações da empresa entre diversos investidores. Nenhum deles poderá exercer mais do que 10% de seu poder de voto nas decisões da companhia.

3 - O que vai ser feito com os recursos arrecadados com a capitalização?

R - Os recursos vão ser usados para celebrar com a União novos contratos de concessão (30 anos) para as usinas das empresas da Eletrobras, em regime de produção independente. A operação das usinas sob o novo regime é o que vai gerar resultados econômicos e financeiros positivos para a empresa, e é em busca desses resultados que o mercado vai capitalizar a empresa.

4 - E de onde virão os recursos para os novos investimentos, se os recursos da capitalização serão usados para obtenção de novos contratos de concessão para as usinas existentes?

R - A melhoria dos resultados da empresa, que será obtida pela mudança de regime com os novos contratos de concessão (de cotas para produção independente), é que vai garantir recursos para investimentos.

5 - É possível capitalizar a Eletrobras sem desestatizar a empresa?

R - Não. É possível chamar novo capital no mercado de ações, mas o interesse na capitalização decorre da maior eficiência que a empresa terá e da mudança do regime dos contratos de concessão, tornando viável a injeção de novo capital. Sem a desestatização, portanto, não ocorrerá a capitalização.

Isso porque, normalmente, empresas com controle estatal não têm atratividade para investidores privados. Porque elas mantêm as amarras típicas das estatais que impedem a modernização da gestão, a atuação mais competitiva no mercado e, conseqüentemente, melhores resultados. Essa tentativa pouco exitosa de capitalização foi feita com a BR Distribuidora antes de a Petrobras anunciar a intenção de abrir mão do controle, por exemplo.

6 - Qual o valor contábil da Eletrobras?

O valor contábil de uma empresa é a diferença entre seus ativos e passivos, também chamado de Patrimônio Líquido (PL). A Eletrobras, em 30 de setembro de 2020, possuía ativos que totalizavam cerca de R\$ 181,58 bilhões e passivos contabilizados em R\$ 105,21 bilhões. Assim, o PL da Eletrobras era, em 30 de setembro de 2020, cerca de R\$ 76,37 bilhões (resultado da diferença entre R\$ 181,58 bilhões de ativos menos R\$ 105,21 bilhões de passivo). A União detém cerca de 61,69% desse PL, o que significa aproximadamente R\$ 47,11 bilhões.

7 - E qual o valor de mercado da Eletrobras?

Considerar apenas a avaliação contábil é inadequado, uma vez que esta é calculada com regras contábeis que não refletem necessariamente o valor de mercado de uma companhia. O valor de mercado de uma empresa é resultado da multiplicação da quantidade de ações pela cotação dessas na Bolsa de Valores. O valor de mercado da Eletrobras era de R\$ 47,81 bilhões em 30 de setembro de 2020.

8 - Quando será realizada a capitalização da Eletrobras?

A capitalização só ocorrerá após a conversão da Medida Provisória em Lei.

9 - E como ficam os atuais empregados do Grupo Eletrobras

Todos os compromissos e acordos coletivos já firmados pela empresa junto a seus funcionários serão cumpridos e respeitados, independentemente do processo de capitalização da Empresa.

CRISE

Em 2012, a decisão governamental, por meio da Medida Provisória 579, trouxe instabilidade ao setor elétrico, em geral, e à Eletrobras em particular. A promessa era de que haveria redução de 20% nas tarifas de energia.

Mas, como a medida se deu de forma não planejada, ocorreu o contrário do prometido. Na verdade, entre 2013 e 2018 as tarifas de energia dobraram no Brasil contra uma inflação de 32%.

Não podemos repetir esse tipo de erro. Apenas a competição e um ambiente propício ao investimento podem de fato baixar os preços no mercado de energia.

POR QUE CAPITALIZAR ?

O Brasil precisa de uma Eletrobras forte, eficiente e competitiva capaz de fazer os investimentos necessários para atender o aumento do consumo de energia elétrica. Para isso, a Eletrobras precisa ser capitalizada, mas o Govern Federal não possui recursos.

A criação de um ambiente atrativo para investidores propiciará o aumento da competitividade no setor, reduzindo os preços, naturalmente, como deve ser.

PILARES

Recuperar a capacidade de investimento da companhia, sem a utilização de recursos da União.

Transformar a empresa em corporação capaz de responder aos desafios da expansão da oferta de energia no Brasil.

Retirar o custo do risco hidrológico do consumidor.

Induzir o desenvolvimento econômico e social nas localidades de atuação da Eletrobras.

Destinar recursos para investimentos relevantes para o setor energético com sustentabilidade ambiental.

RESULTADOS ESPERADOS

Aumento da competição no mercado de energia elétrica.

Aumento do investimento no mercado de energia do Brasil.

Geração de emprego e renda decorrente dos novos investimentos.

Reduzir a volatilidade de preços na tarifa de energia elétrica causada por fenômenos naturais, como a baixa hidrologia.

MODELO DE DESESTATIZAÇÃO

A Eletrobras fará uma emissão de novas ações na Bolsa de Valores, captando recursos.

Com a nova emissão de ações, a União deixará de ter o controle da empresa.

A União continuará como sócia relevante da Eletrobras, participando dos ganhos da nova empresa.

Descotização da energia: Eletrobras poderá vender a sua energia livremente no mercado brasileiro e o consumidor deixará de arcar com o risco hidrológico.

União manterá o controle de Itaipu e Eletronuclear.

Criação de programas para as regiões norte, nordeste e sudeste trazendo diversos benefícios às populações incluindo a geração de emprego e renda nessas regiões.

PREVISÃO DE INVESTIMENTO

A Eletrobras tem atualmente reduzida capacidade de investimento. Para atender à necessidade do Brasil nos próximos 10 anos a empresa precisará investir em geração e transmissão R\$ 14 bilhões/ano para manter sua participação no mercado, investimentos que teriam o potencial de gerar cerca de 133 mil empregos por ano. Apenas a capitalização permitirá a empresa retomar a sua capacidade de investimento, atendendo às necessidades do mercado brasileiro.

AGENDA DA CAPITALIZAÇÃO

Aprovação de novo instrumento legal que contemple autorização à capitalização.

Conclusão dos estudos de avaliação da empresa.

Emissão das novas ações na Bolsa de Valores, atraindo novos recursos/investidores para a empresa, provocando uma pulverização do capital da empresa.

GOVERNANÇA

As usinas hidrelétricas das empresas da Eletrobras são concessões de serviço público. Ou seja, a empresa detém uma delegação contratual da execução de um serviço de competência do poder público. A regra vale para estatais e para empresas privadas.

A União transfere a exploração do serviço (seja de geração, no caso das usinas hidrelétricas ou de transporte de energia, no caso das linhas de transmissão) e, ao final do prazo de concessão, os bens são revertidos à União.

É o Operador Nacional do Sistema - ONS que determina quais usinas deverão ser despachadas. Ou seja, sempre haverá um total controle sobre a operação dos ativos de geração do Brasil. A geração de energia preserva sempre o interesse público e a confiabilidade da prestação do serviço para os consumidores.

EXEMPLOS

Na maioria dos países, com matriz energética baseada em hidrelétricas semelhante ao Brasil, a concessão é privada. Nos Estados Unidos, 10% das usinas hidrelétricas são de propriedade federal, 27% pertencem a estados, municípios, distritos e cooperativas e 63% das hidrelétricas são privadas.

A ELETROBRAS EM NÚMEROS

TRANSMISSÃO DE ENERGIA

Em transmissão de energia elétrica no Brasil, a Eletrobras atingiu 71.153 mil km de linhas de transmissão, o que representa quase metade do total de linhas no Brasil.

GERAÇÃO DE ENERGIA

A Eletrobras é uma grande empresa brasileira de geração de energia elétrica. Ela produziu 185 milhões de MWh em 2019, o suficiente para atender a mais de 1/3 do consumo anual de eletricidade no País.

A empresa tinha capacidade instalada de 51.143 MW em 2019, o que representava 30% do total instalado no Brasil. Do total da capacidade instalada, cerca de 96% vêm de fontes limpas, com baixa emissão de gases de efeito estufa.

CAPITALIZAR PARA AUMENTAR A SEGURANÇA DA OPERAÇÃO

Não é correto associar a Capitalização da Eletrobras a um aumento da falta de segurança na operação do sistema elétrico.

Teme-se pela falta de “segurança da operação” quando as hidrelétricas brasileiras perdem a capacidade de gerar mais energia usando a água armazenada em seus reservatórios, geralmente em anos de hidrologia muito ruim, como é o caso de 2021.

Mas o modelo de Capitalização da Eletrobras, pelo contrário, tende a aumentar a segurança da operação do sistema elétrico ao longo dos anos. Isso porque ele prevê a destinação de R\$ 5,8 bilhões ao longo de 10 anos, para a recuperação de bacias hidrográficas, no Nordeste e no Sudeste do Brasil, que denominamos de as caixas d’água do país.

A recuperação das bacias diz respeito a investimentos em atividades como o reflorestamento ao longo dos rios, diminuindo o assoreamento dos mesmos e dos reservatórios, e, assim, aumentando o volume de água armazenada.

Desta forma, a modelagem da Capitalização da Eletrobras contribui para guardar água nos reservatórios das hidrelétricas, diminuindo, no longo prazo, a necessidade de geração de energia mais cara, reduzindo os custos para o setor elétrico e para a economia brasileira como um todo.